

# Assembleia Municipal

**---N.º 06/2024 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.-----**

---Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu extraordinariamente, no seu Salão Nobre, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS-----**

**---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF SÃO MIGUEL-O-ANJO/ADJUDICAÇÃO À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE, CRL, DE UM EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00€ (SEISCENTOS MIL EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - DGAL 2025, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, COM UM PREÇO BASE DE 1.764.200,00 € (UM MILHÃO, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS EUROS),**

ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA VIA DISTRIBUIDORA PRINCIPAL PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (U. F. DE RUIVÃES E NOVAIS) - REDUÇÃO DO ESPAÇO CANAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO 1º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º - A, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ABERTURA E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DELIBERADO EM 27/11/2023 E NOVA PROPOSTA DE ABERTURA E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, MERCADO MUNICIPAL, NOVO EDIFÍCIO DA DIVISÃO DE AMBIENTE, INSTALAÇÕES DO CIIES E DO SERVIÇO DE RONDAS MÓVEIS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NO VALOR GLOBAL DE 1.461.397,32 € (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E**

## Assembleia Municipal

SESSENTA E UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SETE EUROS E TRINTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO PARA REMODELAÇÃO DAS BANCADAS - OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 39.728,00 € (TRINTA E NOVE MIL SETECENTOS E VINTE E OITO EUROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes Nascimento e secretariada por Susana Patrícia Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira dos Santos, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES-----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

---ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES DA SILVA-----

---BERNARDINO GOMES MARTINS -----

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----

---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO -----

## Assembleia Municipal



---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----**FALTA JUSTIFICADA**-----  
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----  
---CARMEM RODRIGUES ARAÚJO-----  
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----  
---CÉLIA CRISTINA PEREIRA MACHADO-----  
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----  
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO -----  
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----  
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----  
---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----  
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----  
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----  
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----  
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----  
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----  
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ----- **FALTA JUSTIFICADA** -----  
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----  
---HEITOR RUI DOS SANTOS BERNARDO -----  
---HÉLDER BRUNO FERREIRA LOPES -----  
---JOANA GOMES FERNANDES -----  
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----  
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----  
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----

## Assembleia Municipal



---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----  
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----**FALTA JUSTIFICADA**-----  
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----  
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----  
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----  
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----  
---MANUEL LIMA SOARES -----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----  
---PAULA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA MARTINS -----  
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----  
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----  
---PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO-----  
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----  
---RICARDO GABRIEL MENDES VALE -----  
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----

## Assembleia Municipal

---

--RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão:-----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO**

**NASCIMENTO** – Sendo esta uma Assembleia Municipal extraordinária, não tendo período antes da ordem do dia, permitam-me apenas só aqui dois ou três pontos prévios antes de irmos diretos à ordem de trabalhos.-----

---O primeiro - Compreenderão que será o endereçamento da Mesa, em nome pessoal, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, das nossas condolências à Senhora funcionária da autarquia, Edite Dinis, pelo decesso da sua mãe, no passado dia 8 de maio. Associamo-nos naturalmente à dor da família e manifestamos a nossa disponibilidade para aquilo em que pudermos ser úteis.-----

---Um segundo ponto prévio à ordem de trabalhos - Que diz, precisamente respeito à ordem de trabalhos, é relativamente ao ponto quinto onde está vertido a discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do 1º Relatório de Monitorização. Ora, isto trata-se de um lapso, como alguns dos Senhores Deputados terão já percebido, não há aqui lugar a votação deste relatório, há sim lugar, nos termos da lei, a uma apreciação desta proposta da Câmara Municipal e, portanto, para corrigir esta situação para que se proceda à correção desta da ordem de trabalhos, submeterei à votação esta correção. Não passará a constar: “discussão e votação”, mas sim: “discussão e apreciação”. Nesse sentido, alguém vota contra? alguém se abstém?-----

## Assembleia Municipal

---

---Está alterada a ordem de trabalhos, então, corrigida a ordem de trabalhos para discussão e apreciação da proposta da Câmara Municipal. -----

---Um último ponto prévio – Para agradecer às Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta o esforço pela pontualidade, como já havíamos falado em sessões anteriores, é objetivo da Mesa que as sessões comecem senão à hora indicada, pelo menos naquele período de tolerância entre a hora indicada e o *timing* para a obtenção de quórum. Nesse sentido, uma vez que isso aconteceu, agradecemos a colaboração e esperamos que continue a repetir-se este cumprimento de horários. -----

---Feitos estes pontos prévios, e agradecendo a vossa atenção, daremos então início à ordem de trabalhos. -----

### -----ORDEM DE TRABALHOS-----

---**PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF SÃO MIGUEL-O-ANJO/ADJUDICAÇÃO À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE, CRL, DE UM EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00€ (SEISCENTOS MIL EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Eu julgo que a proposta encerra em si toda a clareza necessária. O que viemos propor, já foi discutido em reunião de Câmara, é precisamente a autorização da Assembleia Municipal para a contração deste empréstimo que fará frente ao investimento que é necessário realizar na USF de São Miguel-o-Anjo. Julgo que é muito clara a proposta, Senhor Presidente. -----

## Assembleia Municipal

---

---**RICARDO VALE (PS)** – A posição do Partido Socialista neste tipo de votação tem sido a abstenção. Trata-se do resultado de um processo concursal e, portanto, é em si um ato mais, diremos assim, administrativo político. -----

---A intervenção neste ponto tem uma outra questão, um outro objetivo. Na verdade, pretendíamos que houvesse aqui um esclarecimento cabal aos famalicenses do verdadeiro valor de investimento nas Unidades de Saúde Familiar de São Miguel-o-Anjo e também na USF de Joane. Isto porquê? -----

---Em novembro de 2022, o Dr. Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal, afirmou que 2 milhões de euros é quanto a Câmara Municipal vai investir nas duas USF's, o que corresponde a 40% do investimento. Ora, contas feitas, grosso modo estamos a falar de um investimento global de 5 milhões de euros, sendo que o investimento da Câmara seria de 2 milhões de euros, de acordo com a notícia. Os 5 milhões de euros, na verdade, são 4,5 milhões. Portanto, há aqui uma margem de meio milhão que aceitamos, até devido à diferença temporal, o que convém esclarecer é de onde resultam estes 40%. -----

---Em julho de 2023, a USF de Joane, também dito pelo Dr. Mário Passos, representa um investimento da Câmara Municipal de 800 mil euros. E estes 800 mil euros representam um esforço financeiro da Câmara Municipal. -----

---A verdade é que há um mês abre concurso da USF de Joane de 2,2 milhões de euros, o PRR financia 2,02 - vamos arredondar para 2 milhões só para facilitar as contas - o que está muito longe dos 800 mil euros ditos e afirmados que seria o valor do investimento na USF de Joane. -----

---Hoje é dito, e está aqui na proposta, que o valor do investimento na USF de São Miguel-o-Anjo é de 2,34 milhões de euros, sendo que 1,84 milhões provém do PRR e, portanto, estes 600 mil, que estaremos hoje aqui a votar, representam este adicional até perfazer os 2.34. Dito isto, solicitávamos então ao Presidente de Câmara em exercício que,

## Assembleia Municipal

basicamente de uma forma muito sucinta, também indique qual o verdadeiro valor do investimento. Pelas nossas contas são 4,5 milhões de euros (está de acordo com a documentação do município), mas sobretudo qual o valor verdadeiro custo para a Câmara Municipal. Porque se em 2022 havia um racional de 40% (2 milhões), depois era de 800 mil (dois milhões para as duas USF's), depois era de 800 mil (só para Joane), agora estamos a falar de 600 mil para a de Calendário e na verdade o custo, não propriamente o investimento, mas o custo para o município será, número redondo, também pouco acima do meio milhão de euros, porque todo o restante é financiamento via PRR de entidades bancárias.-----

---Uma terceira pergunta, e que é o ponto principal daqui, que tem que ver com o seguinte: para quando uma comunicação coerente com números adequados, certos, minimamente rigorosos aos famalicenses? Porque, na verdade, parece que andamos aqui a fazer algum tipo de comunicação de números e de extrapolação do esforço da Câmara.-----

---Uma quarta pergunta: Estando a Câmara Municipal financeiramente forte e robusta, como é dito aqui várias vezes, o porquê de um financiamento a 20 anos de um valor que representa menos de 1% do orçamento anual do município?-----

---E finalmente uma quinta pergunta: Porque motivo estamos a votar a aprovação de um valor de 600 mil euros de financiamento, mas temos várias simulações de 1.100 mil euros de financiamento?-----

---A questão que se prende sobretudo com o facto de nos estarem a pedir um valor à aprovação de um limite de contratação de 600 mil, mas as simulações são de um ponto milhão de euros.-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – A minha intervenção vai também no sentido de obter aqui alguns esclarecimentos relativamente a este empréstimo.-----

## Assembleia Municipal

---

---A Câmara tem toda a legitimidade em contrair empréstimos bancários e fazer a sua gestão dentro da legalidade e com a maior transparência. Até aqui, tudo bem. O que questionámos é o *timing* da medida e o seu alcance, ou melhor dizendo: qual a verdadeira finalidade deste empréstimo que vai perdurar para além do mandato? -----

---A redução da dívida tem sido um dos argumentos, uma das virtudes desta Câmara, daí que contrair um empréstimo para ser utilizado no lançamento de uma primeira pedra em 2025, convínhamos, começa a aparecer que começou a campanha eleitoral para 2025. -

---Senhor Presidente, nós temos conhecimento, como toda a gente tem, que as verbas do PRR estão atrasadas. Apenas, a nível nacional, apenas 20% do PRR foi executado, e ao que parece só temos 2 anos para executar os restantes 80%. Portanto, sabemos que as verbas estão atrasadas, e que há uma taxa de execução muito baixa.-----

---Ouvimos aqui, em sede de Assembleia Municipal, que a Câmara adianta o dinheiro que vem atrasado ou que não vem. Portanto, gostaríamos de saber é se tem desenvolvido esforços junto do poder central, agora que o Governo é da mesma cor política de vossas excelências, que estas situações/projetos que envolvem enormes encargos financeiros estão em vias de regularização. E não basta iniciar as obras, é preciso concluí-las e torná-las efetivas e ao serviço das populações. Portanto, aquilo que questionamos é: qual é o verdadeiro sentido empréstimo? E como é que estão as contas relativamente ao PRR?--

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Algumas explicações relativas a esta matéria e que suscitam... numa primeira fase, referir logo que este empréstimo, ou aliás, o pedido de autorização para o empréstimo a 8 de fevereiro que foi realizado foi de 1.100 mil euros. Até 1.100 mil euros. Portanto, a Câmara após o estudo e após as várias adaptações que existiram, quer nos valores que nos eram referidos, por quem realizou os projetos das USF's, quer das duas que o Senhor Deputado referiu, quer da urbana, também, foram sofrendo reajustes, e isso

## Assembleia Municipal

---

levou a que neste momento achássemos um valor de 600 mil euros. E, por isso, será esse o valor do investimento que será realizado e que cifra mais ou menos em 40%. Portanto, houve um ajuste do valor total da obra, sendo que o valor total da obra, como sabe, apenas é apurado no final da mesma. Nós sabemos qual é... quais são as vicissitudes legais hoje em dia de todas as empreitadas, quais as características e as possibilidades que existem e que impendem, os direitos que impendem sobre os empreiteiros relativamente à realização da obra e a possibilidade de colocarem trabalhos a mais, retificação de preços. Tudo isso, que anteriormente eram feitas, se calhar dando um pouco de razão aqui ao Senhor Deputado, eram feitas de uma forma mais aleatória e se calhar discricionária, neste momento não. Estão altamente decifradas na lei, são transparentes, todos os custos e todos os gastos de uma Câmara Municipal hoje são facilmente escrutináveis, numa empreitada sabe-se no final o exato valor que se gastou. Portanto, relativamente a essa matéria, julgo que está perfeitamente esclarecida em relação a essa vicissitude dos 600 mil euros e não do valor que foi aprovado que era até 1 milhão e 100 mil euros. E tínhamos que o fazer, ainda não tendo o verdadeiro conhecimento do valor total. Aliás, que foi alterado muitas vezes. Eram-nos sempre comunicadas de todas as obras, eram-nos comunicados valores diversos consoante o andamento do projeto e a conclusão do mesmo. -----  
---E, relativamente à questão dos 20 anos, da possibilidade de realizarmos o empréstimo a 20 anos, como sabe, e seguramente saberá muito mais do que eu em relação a esta matéria, existe sempre a faculdade da Câmara renegociar os empréstimos como tem feito e neste momento não é favorável, o dinheiro está caro, se assim podemos chamar, quando se realiza o empréstimo. Portanto, a possibilidade de nós termos um *delay* ou uma latitude maior nesse empréstimo, permite-nos, em condições mais favoráveis, conseguir renegociar ou até eventualmente se tornasse mais difícil ou menos eficiente economicamente a contratação desse empréstimo eventualmente até resgatá-lo e terminar

## Assembleia Municipal

---

com essa operação. Por esse mesmo motivo é que se realizou por 20 anos. A Câmara habitualmente não realiza empréstimos a médio prazo ou até a curto prazo. Portanto, é essa a explicação.-----

---Relativamente ao Senhor Deputado do CHEGA, meu caro João Pedro, relativamente à questão, responde-se com uma afirmação que aí fez. A Câmara às vezes adianta o dinheiro quando por vezes o mesmo não chega. Por esse mesmo motivo, é que nós temos que realizar alguns empréstimos, e estes empréstimos são realizados por condicionamento técnico até de quem gere, ou dos financeiros da Câmara. Obviamente que a Câmara... aliás, na proposta vem espelhado que nós temos a possibilidade de nos endividar uma vez e meio a receita que possuímos na Câmara. Portanto, podíamos, no ridículo, em 20 anos acabar em 2024 com uma dívida de 151 milhões de euros. A nossa dívida é apenas de 24 milhões de euros. Por uma questão de eficiência de gestão, é-nos referido que estas operações são normalíssimas, quer nas empresas, também terão que ser... começar a ser normalíssimas... são um ato de gestão, discutíveis ou não, cada um tem o seu formato de gestão, e é essa a principal razão. -----

---Agora, quanto à execução do PRR. Relativamente à posição da Câmara em relação ao PRR, como sabe nós somos uma Câmara reconhecida porque aproveitamos, geralmente até vamos na condição de *overbooking* a todos os fundos comunitários e a todas as disponibilidades financeiras que nos permitem a realização de investimentos têm sido muito importantes para o concelho. -----

---Não tenho conhecimento de 20% que a execução cifra apenas em 20%, mas sei que, relativamente àquilo que são projetos apresentados e aprovados, será seguramente superior a isso. A realização financeira e económica do mesmo cifrar-se-á por volta dos 20%. Relativamente a esta e àquilo que são os projetos que foram apresentados pela Câmara Municipal, neste momento encontramos-nos já a aguardar que tenhamos quer a

## Assembleia Municipal

---

extensão do prazo, que eventualmente tem sido propalado, não ainda de uma forma oficial, quer a possibilidade que temos outros projetos que gostaríamos de ter a possibilidade de os candidatar ao PRR e outros fundos disponíveis. Até ao momento não o podemos fazer porque já esgotamos, a nível de projetos e daquilo que queremos, esses valores. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – A primeira nota refere-se, como não podia deixar de ser, ao empréstimo que nós hoje... a quem nos é solicitada autorização para a devida contração.-----

---E nós estamos a falar de um empréstimo pela simples circunstância de que esta Câmara Municipal tem capacidade de endividamento. E há muitas Câmaras Municipais do país que não têm mesmo capacidade de endividamento. Felizmente não é o nosso caso. Nós temos a capacidade de endividamento até 151 milhões de euros e temos uma dívida atualmente, ou pelo menos a 31 de dezembro do ano passado, de apenas de 24 milhões de euros. E estamos a pedir apenas e tão só 600 mil euros. 600 mil euros num esforço... para um esforço municipal que é, no caso concreto da Unidade de Saúde Familiar de São Miguel, na casa de 1.235.000 euros. -----

---O Deputado, Ricardo Vale, trouxe à coação o esforço orçamental. E trouxe bem. Porque é uma matéria que obviamente não só merece ser aqui destacada, como obrigatoriamente também têm quer ser dissipadas as dúvidas. Eu vou procurar ajudar, na medida do possível, que essas dúvidas sejam dissipadas. E quando eu afirmo que o esforço Municipal é na casa de 1.235.000 euros, este valor é alcançado da seguinte forma: é que o custo da obra andarà na casa dos 2.182.000 euros, mais número menos número, só que a este valor acresce o valor dos projetos, e esses são custeados pela Câmara Municipal e não estão incluídos nesta previsão da construção. E no caso em apreço, o valor do projeto inicial foi na casa dos 60 mil euros. Houve uma revisão de projeto que

## Assembleia Municipal

custou mais 8.000 euros. Além deste valor é preciso contar também com o apetrechamento da própria unidade. Sim! É a Câmara Municipal que vai apetrechar a unidade! Toda! Toda!-----

---E no caso concreto de São Miguel-o-Anjo, estamos a falar de 84.000 euros. E eu já não estou sequer a contabilizar o custo do terreno, porque esse também é cedido pelo município. E, portanto, num esforço numa obra que irá custar (obra/construção), que irá custar dois milhões, cento e tal mil euros, o esforço da Câmara Municipal é de 1.235.000 euros. E o esforço europeu é de 1.098.000 euros. E o esforço do estado da administração central é: é zero. É zero. É zero! E este raciocínio e este racional e esta descrição, eu posso-o fazer também para a Unidade de Saúde Familiar de Joane, para a Unidade de Saúde Familiar da cidade de Famalicão, para a Unidade de Saúde Familiar de Ruivães e Landim, ou para a Unidade de Saúde Familiar do Vale do Este, situado em Nine. O raciocínio é sempre o mesmo. Esforço Municipal, muito! Esforço Europeu, bastante! Esforço da Administração central, zero!-----

---**RICARDO VALE (PS)** – Só duas ou três notas muito rápidas.-----  
---A primeira - para dar nota ao Senhor Deputado que o apetrechamento e o recheio das Unidades de Saúde Familiar também são elegíveis e era um investimento elegível na candidatura do PRR. Se eu bem percebi o que me transmitiu, foi que o grosso do valor do esforço financeiro da Câmara resulta da assistência do terreno porque todos os outros são valores, pelo menos os valores que identificou, foram valores menores de 68.000 euros, 84.000€ e, depois, como deu o valor global de um vírgula tal milhões de euros, presumo que resulte daí.-----

---Foi isso que eu percebi, mas, por favor, se puder elencar com mais detalhe...-----

## Assembleia Municipal

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado Ricardo Vale, não. Eu nem contabilizei o terreno. Nem sequer está contabilizado o custo do terreno nestas contas que ofereci na minha anterior intervenção.-----

---A previsão orçamental de construção, de construção (estamos a falar da construção do equipamento) Unidade de Saúde Familiar de Joane - 2.342.000 euros. -----

---Unidade de Saúde de São Miguel-o-Anjo, em Calendário – construção 2.182.000 euros.-----

---Esforço do PRR ou esforço europeu - qualquer coisa como, no caso concreto de Joane, será de: 1.160.000 euros.-----

---Ora 1.160.000 euros para 2.342.000 euros dá: 1.338.000 euros, para Joane. -----

---No caso concreto de São Miguel-o-Anjo – construção 2.182.000 euros.-----

---Financiamento do PRR – 1.098.000 euros. Diferença: 1.235.000 euros. 1.235.000 euros em São Miguel-o-Anjo e 1.338.000 euros em Unidade de Saúde Familiar de Joane, é o esforço que o município terá de despende sem contabilizar o custo dos terrenos. -----

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF SÃO MIGUEL-O-ANJO/ADJUDICAÇÃO À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE, CRL, DE UM EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00€ (SEISCENTOS MIL EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (32 VOTOS), DO CDS/PP (8 VOTOS), DO CHEGA (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (8 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DA CDU (1 VOTO).** -----  
-----

## Assembleia Municipal

---

---**SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - DGAL 2025, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Relativamente a esta proposta, julgo que a mesma está estribada quer com a minuta, quer com o quadro de investimentos que será... quadro de recursos que serão transferidos para as Juntas de Freguesias após a negociação entre municípios e as mesmas.

---É apenas para referir que esta será, porventura uma de algumas propostas que virão no sentido desta descentralização de competências que se quer não só do poder central para os municípios (não teve tanto sucesso quanto aquele que foi propalado anteriormente), mas que se faça também com as Juntas de Freguesia. Julgo que este é um bom exemplo e que está... e que foi muito... para agradecer também aos Senhores Presidentes de Junta pela faculdade que tiveram e a possibilidade que tiveram de tornar esta negociação relativamente simples para o município.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – O assunto que me traz aqui é o de apresentar uma proposta à Mesa. Nós estamos numa Assembleia extraordinária que não admite período do antes da ordem do dia, mas foi hoje a sepultar, Maria Emília Novais Alves. Quem é esta Maria Emília? É nada mais nada menos que a primeira Presidente de Junta mulher do concelho de Vila Nova de Famalicão eleita Presidente de Junta na Freguesia de Fradelos, nas eleições de 12 de dezembro de 1976. O nome dela consta daquela lista que ali está.-----

## Assembleia Municipal

---

---Apesar de também alguns circunstancialismos históricos justificarem a eleição desta mulher, logo em 76, ela conseguiu com este gesto dizer ao que vinha. Isto é, que as mulheres também podiam ocupar cargos até aí exclusivamente reservados a homens. ---

---Como não podemos apresentar nenhum tipo de voto, e como ela por via dessas funções integrou esta Assembleia Municipal, eu faço a proposta que antes do encerramento final dos trabalhos, por esta digna Senhora, esta Assembleia aguarde um minuto de silêncio em sua honra. -----

**---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – O PSD vai acompanhar esta solicitação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. E nós achamos que até faz sentido ponderarmos mesmo uma alteração cirúrgica do Regimento, e permitir que antigos Deputados Municipais ou que antigos Presidentes de Junta possam ser credores do nosso reconhecimento, nestes momentos, mesmo estando numa sessão extraordinária. E, portanto, a nível excecional, para estes casos, nós julgamos que faz todo o sentido. E, portanto, ainda que não podemos fazer hoje, obviamente, esta alteração regimental, mas ainda assim, da parte do PSD, nós estamos disponíveis para no final da sessão dos nossos trabalhos, e antes de finir os nossos trabalhos, melhor dizendo, poder ser apresentado e votado este Voto de Pesar que naturalmente no seu conteúdo o acompanhamos na plenitude. -----

**---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Só para dizer que vamos acompanhar naturalmente a pretensão do Senhor Deputado Jorge Costa, do Partido Socialista, e apoiar o Voto de Pesar no fim desta sessão. -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Uma vez que não há mais inscrições para falar deste assunto, e que estamos aqui um bocadinho a fugir ao Regimento de forma completamente compreensível, no entendimento da Mesa, sabemos todos que o Regimento é um

## Assembleia Municipal

documento que envolve aqui algum dinamismo e também algum bom senso na sua interpretação. Penso que é de forma unânime, que todos compreendemos a intervenção do Senhor Deputado Jorge Costa, pelo que a Mesa não terá nada a obstar relativamente à prestação de um minuto de silêncio em memória da Senhora Maria Emília Novais Alves. E, portanto, fá-lo-emos no final da sessão após a discussão do último ponto e antes de darmos a palavra ao público no período depois da ordem do dia. -----

---Obrigado pela sugestão.-----

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - DGAL 2025, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----**

-----  
**---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, COM UM PREÇO BASE DE 1.764.200,00 € (UM MILHÃO, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – É um assunto eminentemente técnico. É um concurso público com**

## Assembleia Municipal

publicidade internacional, para a aquisição da panóplia de seguros que são estabelecidos pela lei, para... inclusive aos Bombeiros e todo o património da Câmara Municipal (quer móvel, quer imóvel). Portanto, julgo que a própria proposta assim o ditará, que é bastante fácil a sua interpretação. No entanto, estarei disponível para qualquer esclarecimento. --

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, COM UM PREÇO BASE DE 1.764.200,00 € (UM MILHÃO, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.----**

-----  
**---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA VIA DISTRIBUIDORA PRINCIPAL PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (U. F. DE RUIVÃES E NOVAIS) - REDUÇÃO DO ESPAÇO CANAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Relativamente a esta matéria, é uma matéria que foi proposta mesmo pelo Departamento de Ordenamento do Território do Urbanismo da Câmara Municipal. Como sabem, todos os instrumentos de gestão urbanística são evolutivos e terão que ser coerentes com aquilo que são as necessidades do território, dentro dos limites obviamente

## Assembleia Municipal

---

da legislação que versa sobre os mesmos. E relativamente a esta matéria, após muito... algum tempo e um aturado estudo, e tendo em conta predominantemente as dificuldades que existiam de um dos lados desse espaço canal que está previsto, e que muitas vicissitudes trazem alguns transtornos para alguns proprietários ao longo desta mesma linha, e que tem que se entender que este planeamento é necessário, estes instrumentos têm que existir, estas vias distribuidoras têm que ser planeadas com tempo, de outra forma poder-se-ia criar mais constrangimentos do que aqueles que existem já por natureza ao longo do seu percurso. E, por esse mesmo motivo, aquilo que o departamento propôs, e que foi levado à Câmara Municipal, é a redução para o que está previsto legalmente através do regime geral do PDM e... do Regulamento do PDM, relativamente a esta matéria, que são os 15 metros de afastamento obrigatório ao eixo da via, desta mesma via distribuidora. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - O assunto neste ponto da ordem de trabalhos não sendo ainda uma proposta final para a construção de uma nova via, mas unicamente para a redução do espaço canal como bem referiu, deve levar-nos a todos a debruçar no essencial que está adjacente a esta proposta que iremos votar hoje. -----

---E a proposta adjacente, o ponto principal, é o da construção de uma nova via publica de ligação da EM 573 à Rua de Sezures. -----

---Segundo o dicionário da língua portuguesa, governar é exercer o governo de; é ser responsável pela administração dos vários sectores de um Estado, de um país ou de uma organização. -----

---Mas governar também é comunicar. E a comunicação é diálogo, é captar a atenção e envolver as pessoas, tornando-se por isso mais eficaz. E diálogo significa «conversa entre duas pessoas ou mais pessoas; troca de ideias ou opiniões com o propósito de chegar a um entendimento». -----

## Assembleia Municipal

---

---No fundo, Senhor Presidente em exercício, governar é também escutar e dialogar, vindo depois a decisão.-----

---E porquê é que eu refiro isto neste ponto? -----

---Alguns dos presentes aqui podem não saber, mas o Senhor Presidente da Câmara certamente o saberá (não sei se o Senhor Presidente da Câmara em exercício também o saberá), relativamente a este assunto, a esta nova via, existe uma grande contestação da parte de proprietários dos terrenos e de moradores relativamente a esta empreitada. ----

---Este é um assunto que já vem no mínimo desde 2019. -----

---A proposta que a Câmara apresenta para esta via, levanta no mínimo muitas dúvidas, e não é preciso ser especialista na área para constatar esse facto. -----

---Em primeiro lugar a solução apresentada, tem custos ambientais tremendos. Mais uma vez, Famalicão opta por destruir árvores, por construir numa zona onde corre um curso de água, destruindo desta forma toda uma fauna e flora. -----

---Mais uma vez, pretende-se seguir o caminho do desastre ambiental. Mais uma vez, pretende-se deitar abaixo árvores e depois vem o discurso desta maioria que vamos plantar noutra sítio para compensar. -----

---A solução não pode, não deve ser essa, antes de destruir temos de verificar se não existem outras opções, outras soluções. -----

---A construção numa zona onde existe um curso de água levanta também muitas dúvidas futuras relativamente à zona de cheia de rio. -----

---Também vamos destruir zonas agrícolas de extensão considerável. -----

---Também de salientar que estamos numa zona camiliana, com todas as possíveis implicações que possam advir daí. -----

---Para terminar, é muito duvidoso que a construção da via que nos é apresentada, vá resolver na plenitude o problema de circulação que é avocado para a solução apresentada.

## Assembleia Municipal

---

- Podemos provocar um congestionamento na via onde vai terminar. -----
- Parece-nos no fundo, que a solução apresentada só o é de forma parcial, visto que depois afunila a seguir. -----
- Segundo sabemos, os moradores e proprietários apresentaram à Câmara 3 soluções distintas, menos onerosas do ponto de vista financeiro e incomparavelmente melhores em termos ambientais. -----
- A estas também se pode estudar a construção de uma via, em terrenos afastados umas centenas de metros, que podem representar uma verdadeira solução sem os custos ambientais de monta que esta solução apresenta.-----
- Perante estes considerandos todos, e perante a indignação dos moradores, e porque governar é também escutar, dialogar e procurar as melhores soluções, e no âmbito dos artigos 26º e 27º do atual regimento desta Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a constituição de uma comissão eventual, para analisar a construção desta via pública, constituída proporcionalmente por 9 elementos e que deve vigorar por um prazo de 60 dias. -----
- O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Ó Senhor Deputado, eu acho que estou eventualmente confuso. Primeiro refere que as contestações e as dificuldades... e foi quase poética a sua intervenção em relação a esta matéria, mas isto em 2015 houve a revisão do PDM. Esta via distribuidora estava prevista em 2015 com um espaço canal de 50 metros. Foi alvo, como é obvio, de aturada discussão pública, como são todas as revisões do PDM. -----
- As revisões do PDM não são feitas num Gabinete da Câmara Municipal, com o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores e com dois ou três arquitetos, são feitas com uma panóplia de entidades que envolve a APA, o ICNF, pasme-se, municípios que

## Assembleia Municipal

---

confrontam... cujo território confrontam com a Câmara Municipal, Direção Geral da Agricultura, inúmeras outras... -----

---A Mesa é onde se discutem reuniões gerais do PDM para aprovar a discussão pública e para discutir aquilo que são... depois alvo de aturada discussão após, se quisermos, sugestões dos munícipes, fazem depois constar de um relatório de revisão do PDM. Portanto, eu julgo que houve aqui alguma confusão. Julgo que não é sobre essa via distribuidora que o senhor... é? Olhe, eu julgo que não, mas se calhar, no final, a intervenção do público iremos ter essa informação. Parece-me mais essa matéria porque de outra forma as entidades, como a CCDRN, como a APA, como a Direção Geral de Agricultura e Pescas, concretamente a DRAP aqui de Braga, seguramente obstaríamos a que esse traçado estivesse planeado ou fizesse parte do instrumento, por excelência, de Ordenamento e Gestão de Território do Município. Sendo que obtive pareceres favoráveis essa revisão de 2015 de todas estas entidades. Seguramente, eu julgo que pode haver aqui alguma confusão. -----

---Mas, é como lhe digo, de facto governar é ouvir, é escutar, é cumprir aquilo que está regulamentado e concretamente naquilo que é o mais importante instrumento de ordenamento de território de Famalicão. Houve uma aturada discussão pública, diversas apresentações à altura (que me recorde estive presente), diversas discussões e diversos pareceres positivos, todos eles, das entidades que compõem uma revisão de um instrumento tão importante como este que aqui referi. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Uma vez que foi proposta a formação de uma Comissão, não sei se o Senhor Deputado mantém a proposta da formação da Comissão? Se quer formalizar para votarmos, muito bem. Nos termos em que foi formalizado, mantém os mesmos termos, não é Senhor Deputado? -----

## Assembleia Municipal

---

---Assim sendo, antes da votação do ponto, votaremos a formação da Comissão sob proposta do Partido Socialista. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – A primeira nota - é para assinalar que nós estamos a falar de uma via (uma via distribuidora), que já está planeada, como aqui foi referido pelo Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, desde 2015. Consta do Plano Diretor Municipal. Plano Diretor Municipal esse foi objeto de discussão pública. Que foi objeto de pareceres das mais variadas entidades e instâncias externas ao município. Não estamos a falar de uma nova via, a planear uma nova infraestrutura rodoviária. É aquela que existe no PDM, que está em vigor. -----

---A segunda nota - é para dar conta do que aquilo que a Câmara Municipal nos propõe. É reduzir de facto os encargos que incidem sobre aquele território. Nós hoje temos uma via projetada que permite ou que estipula um canal de proteção de 50m para cada lado. Nós estamos a falar de uma faixa de terreno de 100m que, neste momento, não é possível fazer nada! Qualquer processo de licenciamento, ainda que fosse em zona de construção, está obviamente impedido de ter/obter qualquer licenciamento porque está em zona não edificante. Está num espaço canal, uma zona de proteção até que a via seja feita. E o que a Câmara Municipal está a propor, também nos termos do Regulamento do PDM, é reduzir este espaço canal para 15m ao eixo da via. Ou seja, estamos a retirar da zona *non aedificandi* em 60m de terreno, que incide em muitas casas que já lá existem. Nós estamos a desonerar e a facilitar a vida das pessoas daquele território. -----

---A terceira nota - é que eu julgo, não tenho a certeza também devo-o dizer, por certo haverá aqui alguma confusão com outra via, por certo. É certo e sabido e é conhecido que no início do mês de abril do corrente ano, há um movimento de concessão à criação, essa sim, de uma nova via de acesso à A7, através de um movimento chamado de “Movimento de Preservação do Rio Pele”. Mas, eu julgo que não estamos a falar dessa via. Eu julgo

## Assembleia Municipal

---

que não é esta via! E também por isso, peço esse esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, e já agora, ao Senhor Presidente da Junta de Ruivães e Novais, da União de Freguesias, peço imensas desculpas, por certo também nos poderá esclarecer, se assim o entender.-----

**---DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS)** – Efetivamente o Senhor Deputado, Paulo Pinto, está a confundir a via que estamos aqui a falar. A via que o Senhor Deputado falou, em Landim (que liga seguros, pelo que percebi), esta via nada tem a ver com essa. Esta via, para quem conhece geograficamente Ruivães, estamos a falar do campo de futebol, atravessar um campo até uma ligação a uma outra rua.-----

---Esta via já existe no PDM - fala-se em 2015, eu acredito que seja - ainda não foi construída, mas nada tem a ver com a via com que o Senhor Deputado Paulo Pinto falou. Portanto, espero que esteja esclarecido. Esta é mesmo em Ruivães e Novais. -----

**---PAULO PINTO (PS)** - Realmente tem toda a razão. Mas da minha intervenção fica também já para memória futura para, relativamente à obra, que acima de tudo é importante olhar os moradores. Realmente, nesse sentido, não faz sentido apresentarmos... tiramos a proposta da Comissão. Mas há que reconhecer! Também, já agora aproveitando estes gestos que eu estou a ter, espero bem que no futuro outros Deputados também o possam ter porque há muitas vezes pessoas que têm atos desses e depois esquecem-se de vir cá retificar como estou a fazê-lo. Fica o repto para o futuro. -

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA VIA DISTRIBUIDORA PRINCIPAL PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (U. F. DE RUIVÃES E NOVAIS) - REDUÇÃO DO ESPAÇO CANAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12**

## Assembleia Municipal

*DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (32 VOTOS), DO CDS/PP (8 VOTOS), DO CHEGA (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (8 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DA CDU (1 VOTO). -----*

-----  
---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO 1º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º - A, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** - Prescindi de qualquer esclarecimento. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Estamos aqui a apreciar o relatório de um ano de trabalho que medeia a agosto de 2022 a agosto de 2023. Trabalho e de resultados, sobretudo. Trata-se de um Relatório da Operação de Reabilitação da área de Joane. -----

---A primeira nota é que estamos em maio de 2024. Passaram nove meses desde a data deste Relatório. Ou melhor, peço desculpa, passaram nove meses desde a data de conclusão dos resultados deste relatório. O Relatório terá sido feito, naturalmente, depois de agosto de 2023, assim é que é. -----

---Importa-se salientar sobretudo os indicadores: -----

---Ações e materiais promovidas pela Câmara Municipal, aliás, responsabilidade da Câmara Municipal, neste período de agosto de 2022 a agosto de 2023, neste ano de trabalho - zero. -----

## Assembleia Municipal

---

---Edifícios reabilitados – três.-----

---Universo identificado foram – cento e quarenta e oito. -----

---A esta média, nos quinze anos de operação, atingiremos 30% do pleno.-----

---Edifícios com incorporação de investimento de sustentabilidade ambiental ou com classificação energética A – zero. -----

---E quatro casos de apoio ou benefícios do âmbito fiscal Municipal. -----

---O relatório indica, também, que entre agosto de 2022 a agosto de 2023 era previsto o investimento privado de 800 mil euros, mas o relatório não indica qual o investimento executado.-----

---Na dinamização urbanística, sobretudo responsabilidade do município, apenas dois processos, três vistorias (bate certo com o número de reabilitações), e a conclusão do Relatório é de que existe uma fraca dinâmica urbanística, uma falta de investimento no território, e sugere o reforço das ações imateriais promovidos pelo município e as penalizações no âmbito do IMI. E neste sentido, o Partido Socialista gostaria de obter algumas respostas, nomeadamente qual o motivo de estarmos nove meses depois a discutir um relatório cujo prazo se... a data de conclusão seria de agosto do ano passado? Qual o motivo para o Relatório conter incoerências? E sobretudo, o que é que este município pretende fazer para que daqui a um ano, estando nós a discutir eventualmente o relatório do período que termina daqui a dois meses ou três, os números não sejam estes? Não sejam zero ações imateriais, três edifícios reabilitados e nenhum deles, nenhum dos edifícios reabilitados terem classificação energética A ou sistemas de sustentabilidade ambiental. Bem sei, bem sabemos, que este é um instrumento típico do privado, claramente. O ponto não é este. O ponto é: no futuro, que ações estão previstas e que esforço vai fazer a Câmara para que rapidamente a área de Joane mereça uma nova cara? Passo a expressão. -----

## Assembleia Municipal

---

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – Apenas para esclarecer. Eventualmente um de nós dois estará errado. Mas este Relatório é de dezembro. A aprovação é que é de 3 de agosto. O Relatório, se reparar, no verso da primeira página diz: “Ficha técnica.”, diz qual é a equipa técnica. E no final diz: “Vila Nova de Famalicão, dezembro de 2023.” Portanto, o Relatório não tem nove meses, tem cinco. No entanto, daí irei, também, averiguar junto dos serviços que levou a este *delay*, sendo que não temos assim tantas Assembleias quanto isso. Tivemos, julgo três sessões desde o início do ano. Portanto, é perfeitamente atendível esta matéria.-----

---Agora, aquilo que referiu. Quais os instrumentos da Câmara Municipal em relação àquilo que é eficácia eventualmente no território das ARUS, das áreas de reabilitação urbana e o fraco investimento que se verificou na sua reabilitação? Ó Senhor Deputado, aquilo que referi, de uma forma genérica, uma falta de investimento urbanístico na zona de Joane, concretamente na reabilitação da Vila de Joane ou da construção, se assim possa chamar, a Vila de Joane, refiro-lhe seguramente e saberá também que existe neste momento muita construção, muitas operações urbanísticas um pouco por todo o concelho, mas muito particular também nas Vilas, concretamente nas Vilas de Joane, de Riba de Ave e de Ribeirão. Está lá investimento. -----

---Agora, a questão da reabilitação, como sabe, reabilitar não é a mesma coisa que reconstruir. Há muita exigência por parte da Câmara em relação a esta matéria, mas só tem que ter, só tem que existir essa exigência porque de outra forma não era reabilitar porque existem algumas condições muito favoráveis para quem faz esses investimentos, a nível fiscal concretamente. E, portanto, terão que se conformar com as regras relacionadas com tudo o que sejam reabilitações de edifícios. Agora depende obviamente do investimento dos privados. -----

## Assembleia Municipal

---

---Qual é a forma que a Câmara tem? A única forma que a Câmara tem de incentivar, que não é um incentivo é quase um castigo, que é a duplicação, a triplicação, quadruplicar o IMI, ou seja, através dessa forma de pressão fiscal conseguir que esse desidrato de reabilitação urbana, concretamente na Vila de Joane, seja realizado. -----

---Confesso-lhe que até ao dia de hoje não foi realizada nenhum agravamento de IMI na Vila de Joane. Ainda começamos com o processo, que são processos extremamente complexos, que exigem recursos humanos brutais à Câmara Municipal, e nós temos realizado esse trabalho como é do seu conhecimento (já cá veio para ser analisado), dentro da cidade de Famalicão. -----

---Relativamente às Vilas, começaremos agora a realizar essa... para muitos injusta, para outros, eventualmente a única forma... o certo, é que os que dizem que é a única forma, é porque é mesmo a única forma que nós temos de realizar de uma forma objetiva ou se quiser visível essa perspetiva de reabilitação das Vilas. Sendo que eventualmente seria mais condizente com aquilo... com o investimento, outros apoios que poderão porvir quer das Câmaras Municipais, não estou a ver como é que conseguiremos apoiar alguém a reabilitar para além daquelas pessoas necessitadas. -----

---Como sabemos, temos alguns programas no âmbito social que o permitem, mas estas situações muito... 95% delas, ou até mais, não se tratam propriamente de pessoas necessitadas, são pessoas que residem noutros locais, que herdaram estes valores e estes patrimónios, e muitas vezes também têm algumas dificuldades, para além de terem a vida montada noutros locais, têm dificuldades em fazer frente à reabilitação de edifícios enormes, que estão a necessitar de obras severas e que eventualmente tornam todo este processo mais difícil. -----

---Com o agravamento do IMI, que pretendemos e teremos que o fazer forçosamente nas Vilas, poderemos chegar ao limite do incumprimento e da possibilidade que é uma coisa

## Assembleia Municipal

que a mim, em particular, não estou a falar pelo município, chocar-me-ia muito, mas é enfiar a Câmara titular desses imóveis para depois promover a reabilitação das mesmas. Julgo que não será seguramente a solução.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – O Relatório de monitorização da operação de reabilitação urbana da Vila de Joane é muito cristalino. É mesmo muito cristalino e mesmo muito transparente. É tanto cristalino, que diz: “Verifica-se uma fraca dinâmica urbanística neste território”. Há uma coisa que não podemos acusar este Relatório, é a de falta de transparência e de objetividade, porque ele é objetivo e é absolutamente transparente, e essa circunstância deve ser naturalmente anotada.-----

---E esta fraca dinâmica urbanística de que nos fala o relatório, explica os níveis de implementação exibidos em termos daquilo que são os indicadores e as ações pré-definidas para a operação, e que o Senhor Deputado Ricardo Vale teve oportunidade de enunciar.-----

---Senhor Deputado, Ricardo Vale, Senhores Deputados do Partido Socialista, Senhoras e Senhores Deputados, nós não desprezamos a essa circunstância. Não, não desprezamos essa circunstância. Mas mesmo assim, eu acho que faz sentido assinalar pelo menos três aspetos:-----

---O primeiro – é que nós estamos a falar ou estamos na presença do primeiro relatório, não é o segundo, nem o terceiro, nem o quarto, é o primeiro relatório. É o primeiro relatório. E um relatório que incide sobre o primeiro dos 15 anos, também como referiu o Senhor Deputado Ricardo Vale. Ora, é exatamente nos primeiros anos que o índice de implementação das medidas ou de execução é mais baixo. É sempre nos primeiros anos. Não é no terceiro, nem no quarto, nem no quinto, é no primeiro ano.-----

---A terceira nota – é de que, também aqui o Senhor Deputado Ricardo Vale, justiça seja feita fez referência a isso, é de que as ações de reabilitação tendentes à execução de uma

## Assembleia Municipal

---

unidade deste tipo devem ser, não diria na sua totalidade, mas devem ser realizadas preferencialmente, preferencialmente pelos respetivos proprietários. Isto é, depende muito mais da iniciativa privada do que da iniciativa pública. -----

---Como eu disse, o Senhor Deputado Ricardo Vale frisou este aspeto, justiça lhe seja feita, e eu quero vincá-la porque eu acho que este aspeto faz toda a diferença. -----

---As ARU's são um bom instrumento de intervenção e de gestão urbanística, disso nós não temos dúvidas. Tem virtualidades, levanta dificuldades, mas tem virtualidades. E, neste contexto, nós estamos absolutamente convencidos que a aprovação desta ARU da Vila de Joane, e de outras ARU's no nosso concelho foi uma boa decisão do ponto de vista do planeamento e da gestão urbanística. E, por isso, o Grupo Municipal do PSD acompanha sem reservas aquela que é a própria sugestão do relatório de monitorização quando aponta para uma necessidade do reforço da divulgação dos benefícios fiscais inerentes a esta operação. -----

---Sinceramente, nós julgamos que este também é um bom caminho. Mais do que o caminho de punitivo, isto é, do agravamento do IMI, que é uma outra possibilidade, também é a segunda sugestão, entendemos que este caminho de reforçar a divulgação dos benefícios fiscais inerentes às operações de reabilitação urbana numa operação de reabilitação urbana, no caso da Vila de Joane, é um bom caminho. E nós deixamos também essa sugestão e acompanhamos por esta via a sugestão do próprio relatório de monitorização. -----

---**RICARDO VALE (PS)** – Duas ou três notas muito rápidas. O Partido Socialista trouxe este tema a debate sobretudo porque conscientes que o arranque é sempre difícil ou mais difícil. Não podemos deixar de estender esta eventual letargia que tenha acontecido, porque é este termo que até pode parecer demasiado pesado. -----

## Assembleia Municipal

---

---Por favor, acompanhem-me. O Relatório reporta a agosto de 2023. Foi aprovado em dezembro. Quatro meses. Foi a reunião de Câmara em março. Mais três meses. E agora, naturalmente, vem à Assembleia Municipal em maio. Mais dois meses. Daí os nove. ---

---As ações que a Câmara, por iniciativa própria, pode e deve empreender, o Relatório, transparente, diz que foram zero. E é precisamente esta letargia que nós queremos dar nota/combater para que no segundo ano de execução, no terceiro e no quarto e até ao décimo quinto, estes números deste ano sejam completamente diferentes.-----

---Fica aqui a nota do Partido Socialista, para bem da Vila de Joane.-----

---**LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD)** – Vim aqui, por uma forma também de fazer a minha primeira intervenção enquanto Deputado e também para alertar efetivamente de que, e reforçar aquilo que disse o Dr. e Deputado Jorge Paulo Oliveira, porque de facto devemos ter todos a consciência que isto é um arranque e uma iniciativa. Ou seja, sabemos que efetivamente a maioria destes prédios degradados, está aqui gente que sabe do que falo, estão em processo de inventário, são processos onde envolve vários herdeiros, onde a Câmara não consegue ter mecanismos, e onde os cabeças de casais efetivamente não conseguem, não têm possibilidades para efetivamente fazerem obras porque isto efetivamente é uma iniciativa privada. Então, depende de todos esta divulgação. -----

---A Câmara, tenho a certeza absoluta, que tem feito o que pode dentro dos mecanismos possíveis, mas estamos condicionados a que estes prédios, muitas vezes devolutos, são acervos de heranças. -----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Relativamente ao relatório que foi expresso, e tratando-se do primeiro, que a esperança da Câmara é que o próximo relatório seja bastante mais... demonstre mais dinâmica de reabilitação nestas Vilas do que... mas, aquilo que era interessante, era debater-se quais as condições? Qual o âmbito? Qual a latitude? Qual a impotência? Quais

## Assembleia Municipal

as medidas que a câmara podia ter, para além daquelas que nos são, neste momento, destinadas legalmente. Como eu lhe referi, incidem basicamente por castigos e não por incentivos.-----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Neste ponto não há votação. Passamos, portanto, ao próximo ponto, ao ponto número seis da ordem de trabalhos.-----

**---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ABERTURA E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DELIBERADO EM 27/11/2023 E NOVA PROPOSTA DE ABERTURA E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, MERCADO MUNICIPAL, NOVO EDIFÍCIO DA DIVISÃO DE AMBIENTE, INSTALAÇÕES DO CIIES E DO SERVIÇO DE RONDAS MÓVEIS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NO VALOR GLOBAL DE 1.461.397,32 € (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E SESSENTA E UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SETE EUROS E TRINTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDRO MENDES** - É uma proposta que já cá veio, e à altura ainda estava a tempo, foram realizadas alterações em virtude de alguns serviços referirem que é concretamente a alteração do edifício, sede do ambiente para o local onde está agora, e uma outra alteração

## Assembleia Municipal

---

que se prende com um investimento elevado que foi feito pela Universidade do Minho, no CIIES, e que requisitou o serviço de segurança para o mesmo. -----

---Sendo que também, e pegando aqui um pouco no que foi referido pelo Eng.º Paulo Pinto, Senhor Deputado Paulo Pinto, na última Assembleia, quando esta proposta cá esteve, como deve imaginar eu não vejo os procedimentos concursais nem faço caderno de encargos (é um departamento de contratação pública da Câmara que o faz), e eu referi ao Senhor Deputado Jorge Costa que o concurso que iria ser realizado com publicidade internacional teria duração de 3 anos, mas era renovável ano a ano porque era essa a convicção que eu tinha, porque os anteriores teriam sido dessa forma. E de facto, o Senhor Deputado Jorge Costa referiu que o concurso era de 3 anos que extravasava aquilo que era o limite do mandato, e como ainda dava para corrigir, e tinha havido a coincidência de ser solicitado por outros serviços um reforço deste mesmo contrato, neste, como há de compreender, eu fiz questão de referir aos serviços para ser 3 anos, mas renovável de ano a ano de forma a podermos, primeiro, termos uma possibilidade de uma maior fiscalização do próprio contrato e depois porque também tinha aqui referido que seria renovado de ano a ano. Neste caso, o Senhor Deputado Jorge Costa tinha razão. O que estava lá referido era de 3 anos. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – O Chega tem trazido de forma a miúde este assunto da vigilância que, inevitavelmente, tem a ver com a segurança. -----

---Já todos conhecemos os números nacionais. Um aumento de 8% da criminalidade e um aumento de 5% da criminalidade grave a nível nacional. O nosso distrito felizmente tem números mais baixos, mas sabemos de fonte fidedigna que o crime participado, os crimes não participados aumentaram exponencialmente porque as pessoas ou não acreditam na justiça, ou têm medo. -----

## Assembleia Municipal

---

---A evolução da sociedade resolveu inúmeros problemas a vários níveis, mas criou outros tantos. Não existe quem acredita e quem não acredita na evolução. Existe somente quem a entende e quem não a entende. E não nos parece que sempre que haja um problema, que atirar dinheiro para cima desse problema resolve a questão. -----

---A sociedade, apesar dos negacionistas, está mais complexa, há mais comportamentos desviantes, há mais pessoas a prevaricar, há mais pessoas a vandalizar gratuitamente património público (nós ainda recentemente tivemos aqui um caso aquando da tenda instalada para as comemorações do 25 de abril) e, portanto, nós precisamos de agir de outras formas. -----

---O Parque da Devesa é um ex-líbris da cidade e é preciso ser preservado, vamos ver até quando. Assim como o Mercado Municipal, o CTT, o novo Edifício do Ambiente, etc. -

---O Parque da Devesa é, no entanto, aquele que nos merece maior cuidado por razões óbvias. -----

---Senhor Presidente, em exercício, temos tido conhecimento de várias situações em que a simples vigilância não tem sido capaz, pela natureza das suas próprias competências, de resolver os problemas. Vou dar dois ou três exemplos que quem frequenta o Parque da Devesa conhece: -----

---dejetos caninos espalhados por todo o lado; -----

---raças perigosas sem açaimo; -----

---lixo atirado para o chão; -----

---consumo de droga; -----

---para além de variadíssimas situações de assédio (vários tipos de assédio). -----

---Portanto, aquilo que trazemos à discussão é muito simples. É que consideramos que um concurso nos mesmos moldes não vai resolver os problemas existentes. -----

## Assembleia Municipal

---

---Temos tido vários relatórios, e já o disse aqui variadíssimas vezes, que nós, militantes do Chega, - antes de sermos militantes do Chega somos famalicenses - somos pessoas de rua e ouvimos os anseios dos nossos conterrâneos. É que um concurso dos mesmos moldes não vai resolver os problemas existentes. Temos tido relatórios que a vigilância existente é escassa porque muitas vezes os vigilantes são desviados para funções que não são as suas (por uma questão de cortesia não vou pormenorizar). -----

---Acreditamos também que um regulamento Municipal onde se estabelecem coimas para quem paparica (em três línguas ou quatro línguas, para satisfazer ali a vontade da Deputada Elisa Costa), porque a PSP não vai ser chamada sempre que alguém reclama que um canino de raça perigosa sem açaímo ou quando fazem piqueniques e deixam lixo espalhado por todo o lado. Portanto, nós defendemos que a Polícia Municipal... que deve ser atribuído à Polícia Municipal mais competências. -----

---A evolução obriga-nos a pensar de forma diferente daquilo que estávamos habituados há 10 ou 15 anos. Hoje, o nosso município apresenta uma moldura social muito heterogénea de pessoas com comportamentos distintos dos nossos, e o meu apelo, Senhor Presidente de Câmara, é que ajam de forma diferente e em conformidade sob pena, daqui a uns tempos, perdermos o controle daquilo que é nosso. Desta forma, relativamente a este assunto, o Chega vai optar pela abstenção. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Senhor Presidente, eu trago-lhe aqui uma perspetiva menos populista do que o Deputado que me antecedeu, e aqui explicar aos famalicenses do que é que verdadeiramente aqui se passa. -----

---Nós vimos aqui a revogar um procedimento contratual para aquisição dos serviços de vigilância, que foi deliberado em reunião de Câmara pela primeira vez em 26 de outubro de 2023, para a contratação de serviços de vigilância no Parque da Devesa, no Centro

## Assembleia Municipal

---

Coordenador de Transportes, no Mercado Municipal, e outros locais do nosso município que mereciam esse interesse. -----

---Posteriormente, e não há muito pouco tempo, em janeiro, nós fomos cá novamente chamados para precisamente revogar este procedimento contratual porque o município tinha-se esquecido que, com a descentralização de competências em matérias da saúde, haviam novos edifícios que passavam para a esfera do controle do município e que era necessário alargar a prestação destes serviços de vigilância. -----

---Hoje, somos novamente aqui chamados para deliberar novamente uma revogação deste procedimento contratual porque, desta feita, o município esqueceu-se de incluir o novo serviço do Ambiente Municipal e deste Centro de Investigação do Ensino Superior. -----

---Senhor Presidente, para não virmos cá novamente, a questão que o Partido Socialista lhe coloca é: há mais algum edifício que seja necessário contemplar nestes serviços de vigilância? Ou estaremos aqui novamente, devido a uma governação, sem visão, desleixada e desorganizada para contemplar um novo procedimento, revogando o que hoje estamos aqui a deliberar, e para incluirmos esse novo edifício nestes serviços de vigilância?-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - A posição da CDU sobre a matéria da vigilância é por demais conhecida, e já por diversas vezes aqui afirmamos os nossos considerandos sobre o tema. -----

---Uma vez que hoje somos confrontados com a anulação de um concurso para serviços de vigilância, no valor de 1 milhão e 400 mil €, arredondados por defeito, na observância pelos considerandos que regem as nossas posições sobre este assunto, este aumento, de mais de 300 mil euros, vem reforçar a razoabilidade dos argumentos da CDU. Senão, vejamos: -----

## Assembleia Municipal

---

---1. Não se verifica nenhuma onda de criminalidade, ao contrário do que já aqui foi apresentado, que justifique o aumento exponencial do recurso aos serviços de segurança privada. Aliás, das várias comissões desta assembleia que se debruçaram sobre este tema da segurança pública, a principal conclusão é que vivemos num concelho pacato, sossegado e ordeiro. Com muito prazer o reafirmo aqui.-----

---2. Com a aprovação deste concurso, somado a outros da mesma área, o município vai gastar cerca de 800 mil euros/ano (salvaguardando esse aspeto dos 3 anos) em serviços de segurança privada, pelo que se nos impõe a pergunta: qual a justificação plausível para isto? -----

---E voltamos a questionar: a haver esta necessidade de serviços de porteiro o município não deveria assegurar diretamente estes postos de trabalho? Insistimos nisto há muito tempo, e convenhamos que nos sobejam as razões. Convenhamos que 800 mil euros/ano daria para contratar muitas pessoas, assegurar-lhes trabalho estável e com retorno mais dedicado. Ou não?-----

---Por fim, senhor Presidente em exercício e senhores Deputados, -----

---3. Não sabemos se verificaram os argumentos aduzidos para este aumento de mais de 300 mil euros. Um dos argumentos avançados é a necessidade de serviços de segurança porque – diz o documento – é consequência da facilidade de acesso do novo edifício e a necessidade de guarda de valores. Qual a diferença deste edifício em termos de facilidade de acesso ao anterior? No anterior não havia guarda de valores? -----

---E, quanto ao edifício em si e à sua insegurança... todos sabemos que funcionava ali a repartição de finanças... e não tinha segurança!... -----

---Sem outro argumento é a segurança do Centro de Inovação, Investigação e Ensino Superior. Dois edifícios, mais de 300 mil euros... há necessidade, ou apenas estamos a garantir rendas fixas e milionárias para as empresas privadas? -----

## Assembleia Municipal

---

---Pelo exposto e a propósito, cito um ponto da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro (o atual), esta semana, onde afirmou que, contrariando mais uma vez opiniões divergentes, que «Portugal é um dos países mais seguros do mundo». Em Famalicão, pelos vistos, não se partilha tal afirmação e, por isso, vamos gastar mais 800 mil euros/ano em segurança privada. A nosso ver não faz sentido nenhum!... -----

---Nesta conformidade, a CDU não acompanhará a iniciativa apresentada pelo Executivo.

**---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDRO MENDES** – Respondendo ao Senhor Deputado, Luís Miranda, nós podíamos fazer isto através de ajuste direto. Sempre que surgisse um edifício, fazíamos um ajuste direto. Depois fazíamos outro ajuste direto. Depois fazíamos outro ajuste direto. Estaria aqui, seguramente, o Senhor Deputado a dizer assim: é melhor fazer um concurso público. Concretamente concurso público internacional. A transparência abona e assim o pede. Contratação pública refere que é melhor optar sempre pelo concurso, mas poderíamos fazê-lo. Não o fizemos precisamente por causa disto. Para conseguir realizar este concurso de uma forma transparente absolutamente normal tratando-se desta matéria. --

---Agora aqui uma outra questão, e sabendo perfeitamente daquilo que foi aqui referido pelo Senhor Deputado do Chega, é óbvio, e conjugando com a posição também referida aqui pela CDU, temos que distinguir um vigilante de um segurança, até pela questão dissuasora da possibilidade de mobilidade que muitos têm, concretamente no Parque da Devesa, como sabem, o segurança que lá está faz as rondas, e no relatório que apresenta aos serviços do município, referiu muitas das situações que o Senhor Deputado do Chega aqui veio indicar. Outras nem por isso porque outras dizem respeito mesmo... depois, a tomada, neste caso, tomar conta da ocorrência terá que ser forçosamente uma autoridade policial e é discutível se pode ou não ser a Polícia Municipal quando não é em flagrante delito. Em flagrante delito, até o Senhor Deputado o podia fazer, como deve imaginar. -

## Assembleia Municipal

---

---Agora, relativamente a uma questão relacionada com putativas ações que envolvem processos crime, terá que ser forçosamente a Polícia de Segurança Pública. E há essa mobilidade de segurança concretamente e relativamente ao Ambiente. Teria sido retirado... o Ambiente já tinha segurança no outro edifício, mas foi retirado porque, precisamente por lá funcionar as finanças. E o município conhecia de uma forma...uma visita das pessoas do Património que foram avaliar o edifício e que foi adquirido ao estado, não tinham noção de como eram os gabinetes e de como era fácil o acesso aos gabinetes de trás. E o edifício sofreu obras de adaptação. Não tem concretamente o cofre que as finanças lá tinham. Não tem outras situações que teriam enquanto finanças (sofreu obras de adaptação aos serviços). Portanto, o que aconteceu foi que nós tínhamos retirado, segundo o que nos foi referido pelos serviços, que tínhamos retirado este posto do Ambiente e agora, por solicitação dos serviços do Ambiente, colocámo-lo novamente. -

---Relativamente ao CIIES, prende-se com o investimento de terceiros, concretamente da Universidade do Minho que fez reportar aos serviços que acompanham a evolução do CIIES, precisamente essa matéria. E há que distinguir uma situação. Isto não bastaria seguramente um... hoje em dia já se regem por normas muito rígidas este tipo de empresas, pelo menos é aquilo que facultam depois nos documentos do concurso público, eles já se regem com normas muito específicas. Eles, para vinte e quatro horas de serviço, têm que ter cinco homens. Nós também teríamos que contratar cinco pessoas, eventualmente mais do que cinco pessoas. -----

---Relativamente a isto, era basicamente impossível à Câmara Municipal com estes custos ter este serviço, contratando pessoas. Primeiro, porque não as arranjaríamos, de uma forma muito concreta, porque infelizmente se calhar não conseguiríamos pagar o que as empresas pagam aos funcionários.-----

## Assembleia Municipal

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃONASCIMENTO – Senhor Presidente, terminou o tempo, por favor. -----

-----  
---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ABERTURA E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DELIBERADO EM 27/11/2023 E NOVA PROPOSTA DE ABERTURA E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, MERCADO MUNICIPAL, NOVO EDIFÍCIO DA DIVISÃO DE AMBIENTE, INSTALAÇÕES DO CIIES E DO SERVIÇO DE RONDAS MÓVEIS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NO VALOR GLOBAL DE 1.461.397,32 € (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E SESSENTA E UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SETE EUROS E TRINTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (32 VOTOS), DO CDS/PP (8 VOTOS) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (8 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO), E O VOTO CONTRA DA CDU (1 VOTO). -----

-----  
---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO PARA REMODELAÇÃO DAS BANCADAS - OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA

## Assembleia Municipal

---

ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 39.728,00 € (TRINTA E NOVE MIL SETECENTOS E VINTE E OITO EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Prescindiu de dar qualquer esclarecimento.-----

---**RICARDO VALE (PS)** – As associações desportivas desempenham um imprescindível papel no desenvolvimento Cívico e Desportivo. O município tem uma responsabilidade especial no apoio às associações nomeadamente nas obras de melhoramento das suas infraestruturas. Estas duas frases, que aparecem na primeira página da proposta, são condição suficiente para o Partido Socialista votar favoravelmente esta proposta como qualquer outra proposta que atribua apoio financeiro às associações desportivas, culturais, recreativas. E, portanto, o ponto da minha intervenção não é naturalmente esta atribuição. Vai um bocadinho além. Vai sobre a metodologia da concretização do apoio.-----

---Senhor Presidente em exercício, pedia-lhe, por favor, que esclarecesse se há algo na lei que obrigue o Município, e eu vou fazer um pequeno parêntesis, eu vou utilizar este exemplo do Operário, com o devido respeito pelos dirigentes e associados do Operário, só para servir como exemplo do que pretendo demonstrar. Voltando à pergunta, há algo na lei que obrigue que um apoio a uma associação desportiva, por exemplo, 40.000€, tenha que ser dividido por dois anos fiscais: 2024 – 25.000€, 2025 – 15.000€? Mais, que o apoio só é executado, de facto, depois da obra realizada quando a Câmara tiver dinheiro?

---Dito de outra forma, esta parte de quando a Câmara tiver dinheiro é parte fácil de explicar, naturalmente. Bastante fácil! Não tem, não pode pagar. O que é difícil de explicar ou pelo menos de entender, admitindo que a lei obriga a isto o assunto fica encerrado. Mas, admitido que não obriga, o que fica difícil de entender é que, como é que

## Assembleia Municipal

pretendemos ter responsabilidade especial no apoio às associações nomeadamente nas obras de melhoramento, portanto, a Câmara entende e promove este tipo de investimento, mas depois diz: os 40.000€ que são necessários, uma parte vem agora, este ano. Quando? Este ano! Mas este ano em junho ou este ano em dezembro? O que está aqui é que vem este ano. A outra parte vem para o ano. Mas vem depois do clube fazer a obra, o que naturalmente também se pode entender. O que depois impacta é no tempo de espera do recebimento por quem fornece a obra. E isto significa que, um clube que quer fazer um investimento (mais uma vez o Operário como exemplo) um investimento de 40.000€ vai ter que dizer ao fornecedor: vem fazer a obra, recebes quando eu receber da Câmara. E quando é que vai receber da Câmara? Uma parte há de ser em 2025. -----

---Isto torna e coloca os dirigentes desportivos numa situação muito frágil, no nosso entendimento. E, portanto, a sugestão que damos é que haja aqui uma alteração do método para que, pelo menos, haja um compromisso da Câmara Municipal em num prazo razoável, 30, 60, 90 dias, após a conclusão da obra, que o valor seja de facto transferido para o clube, para o clube poder efetuar o pagamento. -----

---**LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, não sei que experiência tem relativamente a clubes, mas eu já fui verticalmente tudo, desde jogador, desde Diretor Desportivo, desde Presidente de um clube e, efetivamente, não podemos ter sol na eira e chuva no nabal. Não é possível isso. Ou seja, se de facto queremos que hajam critérios de fiscalização, e a Câmara saiba com que forma é que pode dar, é que pode atribuir, tem que fiscalizar. Não pode dar dinheiro assim de forma aleatória, como lhe pedem. Efetivamente tem que fiscalizar.-----

---Efetivamente eu sei, tenho conhecimento que existe articulação entre as associações desportivas, empreiteiros, clubes, para que ninguém fique a perder. Efetivamente aqui os Senhores Presidentes da Junta sabem que muitas vezes a Junta também contribui nesse

processo, espera pelo dinheiro, o empreiteiro aguarda pelo dinheiro sem juros, corrija-me Senhor Presidente se estiver enganado, portanto, há uma articulação. Agora, não podemos atribuir dinheiro ao desbarato. Temos que fiscalizar. Espero que a Câmara continue a fiscalizar, e as entidades continuem a ter esta interação que efetivamente é necessária para o crescimento associativo. -----

---**RICARDO VALE (PS)** – Naturalmente que estamos de acordo que a Câmara não pode dar dinheiro ao desbarato, nem foi essa sequer minimamente a minha posição. O que eu sugeri, e vou já para a sugestão, foi que a metodologia desta materialização física deste tipo de apoios altere para algo como: obra feita, fiscalizada e valor transferido para o Clube num espaço de 30, 60, 90 dias depois da conclusão da obra. Precisamente para que o empreiteiro articulado com a associação não tenha uma (com muitas aspas) vontade de aumentar o preço da obra, precisamente porque sabe que vai demorar a receber. -----

---Finalmente, Senhor Presidente da Mesa, se me permite uma pequena nota, e que não tem que ver com o ponto, mas não sei se repararam que todas as deliberações dos pontos aprovados hoje foram aprovadas em deliberação tomada a 14 de outubro de 2021, na Câmara Municipal. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – De facto o Partido Socialista brindou-nos aqui com uma bela intervenção de quem, e com todo o respeito, não percebe nada da poda. Porque se os Senhores estivessem e falassem com os dirigentes associativos, o exemplo que esta Câmara tem dado no que diz respeito ao apoio ao desporto, no que diz respeito apoio às instituições particulares de solidariedade social e outras, efetivamente nada disto que o Senhor veio cá falar, acontece. Ou seja, não há cá empolamento nenhum de valores de obras por estarem à espera. -----

---Os senhores querem falar sobre prazos de pagamento desta Câmara Municipal? Querem falar qual é o atual prazo de pagamento da Câmara Municipal de Vila Nova de

## Assembleia Municipal

---

Famalicão e aquele que era aqui há alguns anos atrás? Acho que não vale a pena falarmos sobre isso! Porque de facto não abona nada a favor do Partido Socialista. E este ruído todo que se houve aqui, quer da Vereação quer dos Senhores Deputados, é porquê? Porque de facto começam-se a mexer nas cadeiras e há ali um barulho e, de facto, isto faz ruído. Portanto, relativamente a isso, Senhor Deputado Ricardo Vale, efetivamente se chegar a conversar com qualquer dirigente associativo ou se falar com algum membro de alguma instituição, de alguma... aqui há semanas ou aqui há uns dias, a Câmara também aprovou um pacote de apoio às IPSS's, se for falar com os clubes desportivos, com as IPSS's, vai ver que nada disto que acabou aqui de referir e de tentar, porventura, passar a qualquer famalicense ou a qualquer Deputado menos atento a esta matéria, corresponde à verdade. -----

**---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Só para referir algumas questões que aqui foram colocadas pelo Senhor Deputado, Ricardo Vale.-----

---A forma como aqui colocamos, o Senhor Deputado se ler outras propostas à reunião de Câmara isto provém... esta situação dos fundos disponíveis da Câmara Municipal está mesmo prevista legalmente, chama-se lei dos compromissos. Que esta Câmara foi das primeiras do país a conseguir concretizá-la e aplicá-la de uma forma muito formal, quando outras Câmaras, passados os dois anos, estavam a dizer: ei pá, isso das leis e dos compromissos é complexa! Nós já a aplicamos com um processo muito difícil, mas conseguimos ser dos primeiros municípios a cumpri-la.-----

---Agora, relativamente a esta matéria e à forma como... prende-se com... secundando aquilo que o Senhor Deputado Luís Ângelo aqui veio referir, acrescentando apenas um ponto, obviamente que tudo isto é objeto de negociação com os clubes desportivos e tem que ser realizado um auto, uma vistoria à obra, e o valor é disponibilizado segundo aquilo

## Assembleia Municipal

---

que é negociado com as próprias associações desportivas de forma a que existam estes investimentos por muitos pretendidos e por muitos... que absolutamente necessários para realizarem as suas atividades. -----

---Agora, há aqui uma questão. Se nós atribuíssemos uma vez por ano ou a uma associação desportiva por ano 25 ou 40.000€, neste caso em 2 anos 40.000€, era tudo muito simples. -----

---A relação daquilo que eu referi há pouco dos fundos disponíveis da Câmara ter que o dizer, a Câmara pode, tendo dotação orçamental tem que lá ter o valor cativo, tem que haver a receita, e como sabe a receita... nós não chegamos ao dia 1 de janeiro e cai-nos a receita toda na Câmara Municipal e depois no final temos a despesa toda. Não é assim! Obedece a determinadas regras e até aos prazos de transferências realizadas por FEF e por outros meios de receita que a Câmara Municipal tem. Apoiamos dezenas e dezenas e dezenas de associações de cariz desportivo, de cariz social, de cariz cultural. Obviamente que tudo isto tem que ser gerido de forma a que possamos acudir àquilo que está previsto legalmente com a lei dos compromissos, e com aquilo que é o normativo relacionado com as dotações orçamentais. É tão simples quanto isto! -----

---Relativamente a todas as outras questões, quer as intervenções dos anteriores Senhores Deputados foram claríssimas em relação a esta matéria, segundo, obviamente, tudo aquilo que disseram. -----

---**RICARDO VALE (PS)** – Caros Deputados, caros famalicenses, não está em causa a existência ou não de apoio. Não está em causa a existência de 40 ou 400 mil euros de apoio. Não está em causa sequer os prazos de pagamento. O que está em causa é o método desta situação concreta que é espelhada noutras que, o Senhor Presidente em exercício nos diz: isto acontece por uma questão... vou tentar simplificar, gestão de tesouraria ou de compromisso. E, portanto, vamos assumir então... disponibilidade de receita versus

## Assembleia Municipal

---

despesa, gestão de tesouraria. Só para terminar, Senhor Presidente, portanto, não tentem passar, por favor, aquilo que não foi sequer induzido que é: contra apoio, prazo de pagamento, enfim. É a metodologia para a transferência do montante do valor apoiado.

**---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, aquilo que disse: obra feita, valor pago, acontece. Pergunte aos Senhores Presidentes de Junta, pergunte às associações e pergunte aos empreiteiros se eles vêm à Câmara ou vão aos clubes pedir o dinheiro. Não vão. E a verdade é esta, tudo o que não fosse, como ocorre em obras públicas e particulares e até mesmo em nossa casa, obra feita, auto feito, valor pago. Isto acontece na Câmara? Senhor Presidente de Câmara, sim ou não? -----

**---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – É fácil de responder. Sim. -----

**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO PARA REMODELAÇÃO DAS BANCADAS - OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 39.728,00 € (TRINTA E NOVE MIL SETECENTOS E VINTE E OITO EUROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Antes de passarmos ao período depois da ordem do dia, sendo que registamos uma inscrição, a proposta seria que, dado o carácter de excecionalidade, cumpríssemos hoje um minuto de silêncio e o voto pudesse ser apresentado depois. Se o

## Assembleia Municipal

---

Partido Socialista entender que pode apresentar o voto e cumprimos um minuto de silêncio hoje, pela Mesa tem toda a liberdade para o fazer. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Presidente, presumo que se houver unanimidade será possível apresenta-lo hoje. Havendo unanimidade de todos os Grupos Municipais e dos Senhores Presidentes de Junta. -----

---“Voto de Pesar-----

---Foi hoje a sepultar Maria Emília Novais Alves, de Fradelos. Esta insigne fradelense foi a primeira mulher a ser eleita Presidente da Junta em Vila Nova de Famalicão, anunciando com esse gesto em 12/12/1976 que as mulheres começavam a ocupar cargos até aí sempre e só reservados a homens. Por força do seu mandato integrou também a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão. -----

---Como cidadã, como Presidente, como fradelense, como membro desta Assembleia Emília Alves deixa um legado que justifica público e plural voto de pesar. -----

---Requer-se que seja dado conhecimento do respetivo teor à família enlutada e apela-se aos demais Grupos Municipais que igualmente se associem ao presente voto através de um minuto de silêncio na presente Assembleia.”-----

---Isto é subscrito por mim, em representação do Grupo Municipal, mas a ideia aqui é que não fosse apresentado, enfim, na forma manuscrita como está, mas fosse, portanto, como resultado da associação de todos os Grupos Municipais, caso seja esse o entendimento da Assembleia. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Da parte da Mesa, não há obviamente qualquer objeção à adesão. Se algum partido pretender pronunciar-se sobre isto. Caso contrário, se todos se pretenderem associar, passaremos à votação do voto. -----

-----

## Assembleia Municipal

---

**---FOI O VOTO DE PESAR, PELO FALECIMENTO DE MARIA EMÍLIA NOVAIS ALVES, APROVADO POR UNANIMIDADE. -----**

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Apresentamos à família as condolências e também ao Partido Socialista de Vila Nova de Famalicão. Cumpriremos, então, um minuto de silêncio. -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Passaremos assim então à última parte desta sessão que diz respeito ao período de depois da ordem do dia.-----

---Regista-se uma inscrição do público. Porém, antes de passar a palavra, e uma vez que se trata do primeiro período depois da ordem do dia desta Mesa e respetivamente deste Presidente da Assembleia Municipal, porque também já estive desse lado e assisti a alguns períodos depois da ordem do dia, queria só deixar uma pequena nota: -----

---A Assembleia Municipal tem naturalmente todo o interesse e todo o prazer em ouvir, em auscultar os nossos concidadãos. Aliás, a prova disso é que em Comissão de Regimento e alteração do próprio Regimento agora é possível fazê-lo também nas sessões extraordinárias, o que não era possível fazer até há bem pouco tempo. E, portanto, penso que isso é uma prova da boa-fé e da vontade que a própria Assembleia tem de ouvir os cidadãos, e de discutir aqueles assuntos que eles entendem que não são discutidos por inserção numa ordem de trabalhos, e têm aqui a oportunidade de o fazer. -----

---É naturalmente um prazer, como digo, porém, é preciso que compreendamos que também para isso há regras. Não me dirijo especificamente à inscrição de hoje, naturalmente, mas a de hoje como a todas as seguintes, nas seguintes sessões e reuniões dizendo o seguinte: o Regimento é claro, como todos os Senhores e Senhoras Deputados

## Assembleia Municipal

conhecem. Os cidadãos também têm a oportunidade de o conhecer. O período da intervenção do público é destinado a pedidos de esclarecimento, respeitantes aos assuntos do município. Não é destinado a intervenção política, naturalmente tecer considerações, ponderações ou conclusões positivas ou negativas sobre aquilo que é apreciado em sede política neste órgão pelas Senhoras e Senhores Deputados e pelas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e pela Câmara Municipal. E, portanto, eu peço aos intervenientes do público que se inscrevam, que venham cá, apelo à sua participação, estamos sempre cá disponíveis para os ouvir, mas peço também, que colaborem com a Mesa e com este órgão para que possamos levar isto a bom porto, sem quezílias, até porque remamos todos para o mesmo lado, e estamos aqui todos para resolver os assuntos dos famalicenses. -----

### -----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---**MARIA ALEXANDRA PINTO FONTES** – O assunto que nos traz aqui tem a ver com a abertura de um acesso à autoestrada, em Seide direção Landim, pois representa um grupo de cidadãos de Landim que formam um movimento para promover atividades de Proteção Ambiental no Rio Pele. -----

---Já fizemos atividades como a limpeza do Rio, plantação de árvores para um caminho pedonal à beira rio, isto com o objetivo a sensibilizar e a incentivar a participação da comunidade na proteção do ambiente e património cultural da zona (o Mosteiro, a Casa de Camilo, trilhos camilianos, etc.). -----

---Em 2019, estivemos presentes numa reunião de Câmara com o Dr. Carlos Filipe, onde tivemos o cuidado de apresentar a nossa opinião relativamente à melhor solução para uma via onde possam circular os veículos das ditas empresas sem a destruição de campos agrícolas e evitar o elevado prejuízo ambiental, económico, cultural e social desta comunidade.-----

## Assembleia Municipal

---

---No mundo atual onde a questão ambiental está em cima da mesa, apresenta-se uma solução que destrói a flora e a fauna, destrói a biodiversidade, promove-se o abandono dos terrenos agrícolas, pois existem pequenos agricultores que vão ver os seus terrenos divididos e sem condições de continuarem a sua atividade agrícola, projetos de Turismo Rural que vão ser afetados, uma comunidade onde vivem várias gerações de famílias que vão ser privadas de um espaço de sossego, de lazer e convívio, penso que não é este o mundo que queríamos deixar aos nossos filhos.-----

---Não somos contra o progresso, nem nada nos move contra ninguém. Só procuramos alertar para as melhores soluções menos onerosas para o município e no fundo para todos nós famalicenses que contribuímos para o orçamento Municipal, pois também necessitamos de investimento urgente na saúde e na educação e estamos a tentar salvaguardar a nossa riqueza e a diversidade biológica. -----

---Senhor Presidente, porque é que entende que as soluções que apresentamos não são uma melhor solução?-----

---Defendemos que existem várias opções para que o trânsito dos camiões seja dispersado, basta que se queira organizar o fluxo de camiões pelas várias estradas existentes. A solução que apresentamos pode não ser perfeita do ponto de vista logístico, mas a que está em cima da mesa também está muito longe de o ser visto que não vai resolver os problemas apresentados, dado que irá provocar um afunilamento de trânsito na rua de Seguros, estrada onde nunca deveriam ter começado a passar camiões, bem como todos os outros aspetos negativos. -----

---Senhor Presidente, vai apresentar algum estudo ambiental para saber qual o valor do prejuízo ambiental que este projeto representa?-----

---Vai lançar uma questão para discussão pública?-----

---Quando está previsto o projeto avançar?-----

## Assembleia Municipal

---

---Não concorda que a solução apresentada pela Câmara não é solução? -----

---No entanto, estamos neste processo para ajudar, para colaborar e entendemos que, caso não entenda que as vias existentes podem ser solução mesmo com retificações com custos muito inferiores, entendemos que existe outra solução afastada umas centenas de metros que poderá apresentar uma maior eficácia e ser mais solução do que a que está em cima da mesa.-----

---Senhor Presidente, estamos disponíveis para colaborar e tentar encontrar uma solução para que não seja comprometido aquilo que, no nosso entender, é um atentado ecológico, acabando com uma diversidade existente e que verdadeiramente não é a solução para aquilo que se pretende resolver.-----

---Senhor Presidente, está disponível para em conjunto analisarmos todo este projeto e encontrarmos uma verdadeira solução?-----

---Relembro que não estamos contra ninguém nem contra o progresso, mas para preservar o nosso mundo, a nossa diversidade, pelo futuro dos nossos filhos, temos todos a obrigação de lutar, e nós não iremos parar de o fazer, porque é nossa obrigação! -----

---Esperamos que o Senhor Presidente entenda esta problemática e esteja disponível para encontrar a verdadeira solução. -----

---Podemos contar com a sua colaboração, Senhor Presidente?-----

---No final, estamos disponíveis para quem tiver interesse falar connosco.-----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Cumprimentar a Senhora Alexandra Fontes que veio aqui apresentar uma situação que eu estou, obviamente, diminuído para a discutir, é a única, já teria sido apresentada através de um equívoco que aqui o Senhor Deputado Paulo Pinto, ou não, mas, neste momento, o único dado que tenho é que o processo não está fechado, o processo ainda está a ser discutido.-----

## Assembleia Municipal

---

---Obviamente todos estes contributos são importantes para que se possam pesar todas as consequências e todas as melhorias que se possam fazer ao projeto que será presente pela Câmara, no entanto existem aí algumas perguntas que são colocadas diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, e que tem como sabem uma impotência muito mais conhecimento sobre esta matéria do que eu porque tutela o pelouro do urbanismo, onde esta matéria está a ser obviamente discutida. No entanto, eu anotei aqui todas as questões que foram colocadas de uma forma muito concreta.-----

---E, aquilo que eu sugeria, é que posteriormente fosse remetida a intervenção que fez aqui, e que está muito sucinta e muito clara, que fosse remetida à Câmara Municipal no sentido de podermos, ou eventualmente através de uma marcação de uma reunião presencial, ou através dos esclarecimentos que são devidos, ou de putativas alterações que já tenham, ou que já tenham tido eco aquilo que foram as propostas apresentadas por vós e que futuramente poderão arranjar uma solução mais equilibrada, que permita à Câmara Municipal e àquela região ser servida por uma via que permita escoar o trânsito (retirar o trânsito do centro) de Landim, que julgo que é esse o propósito, mas que não tenha os custos por vocês referidos aqui e que terão que ser obviamente equacionados. -

-----  
**---APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.** -----  
-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às onze horas e trinta minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----  
-----

-----**A 1.ª SECRETÁRIA** -----  
-----

